

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.096, DE 2000

Limita o valor das taxas de concursos públicos no âmbito da União e dispensa do pagamento o cidadão comprovadamente desempregado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cobrança de taxa de inscrição em concurso público no âmbito da União não poderá exceder o valor de 2% (dois por cento) da remuneração fixada para a referência inicial do cargo objeto do certame.

Art. 2º Fica isento do pagamento da taxa referida no artigo anterior o candidato desempregado ou que comprove renda *per capita* familiar de até dois salários mínimos.

§ 1º O edital do concurso deverá conter as informações relativas ao procedimento para inscrição do candidato isento de que trata esta Lei.

§ 2º A comprovação da condição de desempregado será feita mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de documento similar, conforme dispuser o edital do concurso.

§ 3º A comprovação da renda *per capita* familiar será feita conforme dispuser o edital do concurso.

Art. 3º A declaração de informações falsas com vista a obtenção da isenção prevista no artigo anterior implicará, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o impedimento do candidato de inscrever-se em concursos públicos da União pelo prazo de 18 (dezoito) meses.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputada DRA. CLAIR
Relatora